

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

No dia 11 de março de 2025, às 14h30, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Nivaldo Jorge da Silva; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Rafael Farias Almeida; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wilyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiras (os) Suplentes: **Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida.** **01. INFORMES: 1.1** – Eleições Setoriais (definições); **1.2** – PNAB/Atualizações dos Pagamentos dos Editais de Premiações, TEC's e Pontos/Pontões de Cultura; **1.3** – Diligências LAB1; **1.4** – Informações sobre as Escutas dos segmentos do CEPC e Sociedade Civil sobre os Prêmios sem decreto. **PAUTA: 01** – Editais 2025; **02** – Criação do Grupo de Trabalho das Reuniões Descentralizadas 2025. **Rafael Farias** Iniciou a reunião trazendo informes e expressando preocupação com o investimento do Governo de Pernambuco em uma campanha publicitária com o ex-BBB Gil do Vigor, no valor de R\$ 1,7 milhão. Ele considerou o gasto elevado diante das dificuldades enfrentadas pelo setor cultural, mencionando que muitos projetos ainda não foram pagos. Rafael ressaltou que o site financeiro do governo não está respondendo a dúvidas e cobrou um posicionamento do Conselho sobre o caso. Também abordou questões pendentes, como os pagamentos da PNAB, a prorrogação de editais e as dificuldades na operacionalização da lei. Destacou que, após três anos de governo, a execução dos recursos ainda não foi concluída, o que considera um problema grave para a classe artística. Além disso, criticou a falta de estrutura da equipe responsável pelos pagamentos e apontou a desigualdade na distribuição dos recursos culturais. Outro ponto levantado foi a questão das diligências da Lei Aldir Blanc (Lab1). Rafael afirmou que muitos beneficiários receberam notificações, inclusive aqueles que já haviam prestado contas ou, em alguns casos, pessoas falecidas. Ele questionou a organização do governo e solicitou um levantamento detalhado sobre quem realmente precisa regularizar sua situação. Por fim, mencionou a necessidade da participação de representantes do governo nas reuniões para esclarecer os pontos levantados, especialmente sobre pagamentos e decretos da área cultural. Em seguida, abriu a fala para os demais conselheiros. **Marcelo de Ogum** Iniciou sua fala cumprimentando a todos e abordando a questão do circo no dia 27 de março, Dia Mundial do Circo. Ele mencionou que, na última reunião com a gestão, foram apresentadas três propostas, mas a que o coletivo realmente desejava era que o circo abrisse as portas nessa data com o apoio do governo, incluindo a Secult e a Fundarpe. Marcelo ressaltou a importância de garantir espaço também para os artistas independentes e pediu que o Conselho se unisse em apoio a essa proposta. Destacou que a abertura do circo beneficiaria a comunidade local e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

ajudaria a dar visibilidade ao trabalho cultural. Em seguida, expressou seu repúdio à situação do Maracatu Cambinda Estrela, que foi rebaixado por questões políticas, considerando isso um ataque à cultura popular. Criticou a gestão atual da Prefeitura do Recife, apontando a falta de respeito com as tradições e os artistas populares. Lamentou o tratamento dado a maracatus tradicionais, mencionando a ausência de um espaço digno e a falta de consideração pela cultura popular local. Finalizou sua fala expressando indignação com a politicagem em torno das premiações de carnaval e pediu respeito às tradições culturais, especialmente às Iyás do Tumaraca. **Mickael Azevedo**, conselheiro do CEPPC, criticou a gestão anterior pela prática de descontar Imposto de Renda sobre recursos de fomento cultural, o que prejudicou os artistas, especialmente durante a pandemia. Ele solicitou que fosse possível acionar o setor jurídico para a prestação de contas dos recursos utilizados na compra de bens e serviços culturais, uma vez que muitos artistas não conseguirão prestar contas devido à situação e podem ser prejudicados em futuros editais. Ao final, comentou sobre a proposta do Dia do Circo, sugerindo que apresentações com bilheteria aberta seriam uma forma mais eficaz de descentralizar e atender melhor a todos os artistas, ao contrário de um simples cortejo. **Amanda Carneiro** informou que, naquele momento, estava ocorrendo uma reunião com a equipe do Mapa Cultural e as secretárias executivas de Gestão e de Cultura para discutir as diligências relacionadas à PNAB. Ela explicou que as notificações foram expedidas porque algumas pessoas que haviam recebido recursos não conseguiram comprovar adequadamente a prestação de contas, conforme solicitado. Essas pessoas, que ainda não haviam regularizado sua situação, foram orientadas a entrar em contato para resolver suas pendências, evitando prejuízos em projetos futuros e impedimentos para o recebimento de novos recursos. **Rafael Farias** destacou que, durante a pandemia, muitos artistas enfrentaram dificuldades para executar e prestar contas de seus projetos, especialmente devido à natureza emergencial da lei. Ele apontou que, enquanto os artistas foram cobrados pela prestação de contas, outras categorias, como os caminhoneiros, não enfrentaram as mesmas exigências, o que ele considerou uma incoerência. **Nivaldo Jorge** relatou que, durante a implementação da Lei Aldir Blanc, a cultura foi pega de surpresa, e muitos gestores não estavam preparados. Ele compartilhou sua experiência como gestor da Secretaria de Cultura de Itamaracá, destacando as dificuldades enfrentadas, como a atuação tardia do Ministério da Cultura e a pressão do governo. Nivaldo explicou que, apesar de ser uma lei emergencial, a distribuição de recursos foi desigual entre as cidades, com Itamaracá recebendo uma quantia muito maior do que Itapissuma, por exemplo. Ele também mencionou que, embora muitos artistas tenham recebido recursos, ainda há confusão sobre a correta execução dos projetos e a prestação de contas. Nivaldo defendeu a importância de esclarecer essas questões, sem prejudicar os artistas, e de continuar o apoio aos fazedores de cultura na continuidade da PNAB. **Rafael Farias** agradeceu a contribuição de Nivaldo e destacou a importância do recorte que ele fez sobre o processo. Criticou a aplicação da Lei Aldir Blanc, apontando que ela deveria ter sido mais clara em seu

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

objetivo de salvar os artistas, em vez de gerar confusão sobre fomento e premiação. Sugeriu que o governo adotasse mecanismos mais claros e cuidadosos, em vez de enviar diligências de forma impessoal. Rafael também criticou a forma como a carta foi redigida, pois ela gerava medo nos artistas, sugerindo que a não devolução dos recursos poderia resultar em uma tomada de contas. Ressaltou que faltou sensibilidade e cuidado por parte da gestão com a classe artística, que já havia enfrentado dificuldades no governo anterior. **Nivaldo Jorge** destacou que, em Itamaracá, o termo de execução incluía uma cláusula que obrigava a devolução dos recursos caso o projeto não fosse cumprido. Concordou que a carta enviada aos artistas poderia ter sido redigida de forma diferente, mas ressaltou que, com o termo de compromisso assinado, havia um acordo claro sobre a devolução dos recursos em caso de não execução. Aqui está o seu texto revisado. **Amanda Carneiro** informou que, dos 430 artistas, muitos já haviam começado a fazer suas prestações de contas no Mapa Cultural. No entanto, ainda não havia um número final, pois o processo estava em andamento. Ela destacou que toda a equipe da Secult estava dedicada a fornecer suporte e assistência para aqueles que estivessem enfrentando dificuldades, já que cada caso precisava ser analisado individualmente. Além disso, Amanda sugeriu que, uma vez aprovadas as prestações de contas, as informações deveriam ser enviadas à Secult para que fossem respondidas, sem a necessidade de esperar até a próxima reunião do Conselho para serem tratadas. **Marcelo de Ogum** criticou a forma como a gestão comunicou a situação, afirmando que a carta gerou pânico entre os artistas da periferia e do Sertão. Ele sugeriu que a gestão fosse mais sensível e trabalhasse junto ao Conselho, segmentando as informações para ajudar os artistas. Marcelo comparou a carta enviada à cobrança do SPC, o que causou confusão. Enfatizou que a gestão deveria colaborar com o Conselho para garantir que o apoio chegasse às pessoas que precisavam, já que muitos artistas não sabiam como prestar contas corretamente. **Filipe Moura** parabenizou o amadurecimento do debate, destacando a importância da provocação de Rafael. Reconheceu a sensibilidade dos casos relatados, especialmente durante a pandemia, e afirmou que o poder público está amparando os proponentes e a cultura no que for possível. Filipe sugeriu que, se necessário, fosse colocada em votação uma proposta para esclarecer a forma como o contato está sendo feito. **Amanda Carneiro** informou que, dos 12.000 inscritos, 2.000 foram contemplados e 430 estão em diligência. Ela mencionou que algumas pessoas já haviam sido contatadas anteriormente, mas não responderam aos e-mails, resultando na emissão das cartas de responsabilização. Destacou que, se o encaminhamento do CEPC for aprovado, será necessário consultar o MINC para explorar as opções disponíveis. Defendeu a continuidade do diálogo e a busca de soluções para as 430 pessoas, garantindo que ninguém seja penalizado no futuro, e sugeriu que a consulta à Secult seja feita sem aguardar a próxima reunião. **Rafael Farias** propôs a elaboração de um documento pelo Conselho, em colaboração com Amanda, para reunir perguntas frequentes sobre a prestação de contas da LAB1. Ele sugeriu questionar a possibilidade de quem ainda não prestou contas poder fazê-lo e de que forma um relatório de execução poderia ser

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

elaborado, considerando a ausência de contas bancárias e materiais da época. O documento seria enviado oficialmente à Secult e compartilhado no grupo dos conselheiros para possíveis contribuições. A proposta foi aprovada por unanimidade, e Rafael destacou que, assim que houver retorno, a informação será amplamente divulgada para os fazedores de cultura e a sociedade civil. Rafael abordou o próximo ponto da pauta, relacionado às atualizações dos pagamentos dos editais de premiação, TECs e Pontos/Pontões de Cultura. Destacou que tem recebido cobranças diárias sobre os editais, especialmente os TECs, e questionou o motivo de os pagamentos ainda não terem sido concluídos. Embora 80% dos repasses tenham sido feitos antes do Carnaval, muitas pessoas ainda não receberam. Rafael mencionou que, segundo Edvaldo, responsável pelos Pontos de Cultura, esse edital possui um cronograma mais flexível, mas enfatizou a necessidade de uma previsão clara para a finalização dos pagamentos. Ele argumentou que alguns projetos já precisam iniciar a execução, e a incerteza sobre os repasses dificulta o andamento. Após sua fala, **Thaynna Leocádio** também se manifestou sobre os pagamentos, citando o caso de uma pessoa da sociedade civil cuja conta está ativa, mas cujo pagamento foi devolvido. Ela reforçou a necessidade de esclarecimentos sobre o prazo para a conclusão dos repasses. **Cleonice Maria** destacou a importância da discussão sobre os pontos e pontões de cultura, mencionando que não pôde ouvir a resposta de Edvaldo na reunião anterior. Ela questionou a diferença no calendário do Cultura Viva e defendeu que os pagamentos deveriam seguir a mesma linha. Relatou dificuldades no edital do Pontão de Cultura, que ainda não teve o convênio assinado, e mencionou a complexidade das diligências solicitadas. Além disso, apontou problemas nos pagamentos das TECs, destacando que falhas bancárias, especialmente em bancos digitais, estavam causando a devolução dos valores. Por fim, questionou sobre o pagamento dos suplentes nos editais, ressaltando a necessidade de respostas claras para os conselheiros. **Amanda Carneiro** explicou que, na reunião de 12 de fevereiro, foi apresentado o fluxograma dos pagamentos, incluindo a questão das datas divergentes. Ressaltou que os pagamentos não foram interrompidos e que alguns atrasos podem ocorrer devido ao prazo de devolutiva do banco. Ela demonstrou preocupação com a repetição das mesmas dúvidas e informou que está acontecendo uma reunião específica para tratar das diligências junto ao financeiro e às secretarias, visando corrigir erros e reenviar pagamentos. Amanda destacou que, em até 48 horas, o Conselho terá respostas definitivas sobre os pagamentos, as diligências e a possível convocação de suplentes. Além disso, mencionou que Yasmim Neves poderá trazer um posicionamento até o final da reunião. **Rafael Farias** questionou a falta de respostas do WhatsApp do financeiro da Secult, afirmando que um atendimento eficiente poderia resolver grande parte das dúvidas. Ele comparou a situação às dificuldades enfrentadas com o Maxbot durante a inscrição da Lei, quando as respostas eram insuficientes. Ele ressaltou que sua crítica não era ao Mapa Cultural, mas pediu maior atenção do governo ao problema, já que a ineficácia do canal oficial obriga os artistas a buscarem alternativas. Como presidente do Conselho, afirmou que não deveria depender constantemente

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

de Yasmim Neves, Ana Paula ou outros colegas para obter informações. Rafael relatou que precisou viajar de Arcoverde à Secult antes do carnaval apenas para esclarecer dúvidas sobre as diligências do Ponto de Cultura. Mesmo com sua experiência em projetos, encontrou dificuldades e precisou organizar uma reunião com produtores para obter explicações. Ele finalizou defendendo a necessidade de facilitar o acesso às informações e agradecendo a Amanda pelo retorno sempre prestado. **Irene Veiga** cumprimentou a todos e reconheceu que houve dificuldades no desenvolvimento da equipe e da ferramenta Maxbot, mas informou que foi implantada uma monitoria de qualidade no Mapa Cultural para gerenciar o atendimento. Ela explicou que essa monitoria tem o objetivo de avaliar a qualidade do serviço, identificar erros e compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos agentes culturais e pela Secult. Segundo Irene, desde antes do carnaval, a equipe tem analisado demandas represadas, realizado treinamentos e aplicado melhorias para evitar falhas em futuros editais. Por fim, ela reforçou que o trabalho continua para minimizar os problemas e otimizar os processos, garantindo um atendimento mais eficiente. **Wagner Egito** destacou dois pontos sobre as diligências. Primeiro, ressaltou a importância de verificar se os proponentes estão recebendo e não respondendo ou se, de fato, não estão sendo contactados. No caso de ausência de resposta, defendeu a definição de um prazo e, se necessário, a convocação de suplentes. Já para os não contactados, sugeriu a divulgação de uma lista oficial nos canais institucionais. O segundo ponto foi a necessidade do funcionamento adequado dos canais oficiais, como o Maxbot e o WhatsApp do financeiro. Ele alertou que muitos proponentes enfrentam dificuldades de comunicação e, se esses meios não operam corretamente, o Conselho deve tornar essa situação pública. Por fim, enfatizou que ninguém pode ficar sem resposta e que falhas na comunicação precisam ser divulgadas. **Rafael Farias** passou a palavra para Amanda Carneiro, que apresentou informações sobre as escutas dos segmentos do CEPC e da sociedade civil em relação aos prêmios sem decreto. **Amanda Carneiro** explicou que a Secult estava com um calendário apertado para realizar as escutas em conjunto com os conselheiros e a sociedade civil. Ela informou que entrou em contato com assessores e coordenadores da Secult para alinhar as datas, consultando os titulares de cada cadeira. Já haviam ocorrido três escutas, e uma quarta, inicialmente marcada para o dia 27, foi remarcada para o dia 19, pois o segmento de técnicos e técnicas estava envolvido no carnaval. Ela registrou as próximas datas das escutas: Quarta-feira, 12/03, às 14h – Segundo Prêmio de Artesanato; Quinta-feira, 13/03 – Prêmio Euclides de Teatro e Ópera; Terça-feira, 18/03 – Prêmio de Salvaguarda da Cultura Popular; Quarta-feira, 19/03 – Segundo Prêmio Bastidores de Ensino para Técnicos e Técnicas. **Amanda destacou** que todas as escutas seriam realizadas de forma virtual, com links enviados aos conselheiros titulares e divulgados nas redes sociais do Cultura PE. Por fim, reforçou que quem não pudesse participar poderia contribuir enviando demandas por meio dos titulares ou suplentes de suas cadeiras. Esses representantes deveriam entrar em contato com ela, para que pudessem encaminhar as sugestões diretamente aos coordenadores e assessores da Secult,

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

garantindo que todas as demandas fossem formalmente registradas e consideradas. **Nivaldo Jorge** agradeceu Amanda pela comunicação, mas explicou que não prestou atenção na data da escuta marcada para o dia 12, que coincidia com o seminário do MINC, realizado em Pernambuco. Ele mencionou que, devido a esse seminário, seria difícil participar da escuta do prêmio de Artesanato. Nivaldo solicitou a Amanda, embora a data estivesse próxima, a possibilidade de remarcar-la, pois não conseguiria participar. Ele destacou a importância do prêmio, que não havia sido realizado no ano anterior, e relatou que, em reunião com Yasmim, a comissão setorial e ele como conselheiro, ficou acordado que o prêmio aconteceria este ano. Nivaldo reforçou que a luta pelo Prêmio de Artesanato foi longa e que sua categoria, representada pela GPC, ainda continua ativa e empenhada. Por isso, fez o pedido para que a data fosse alterada, agradecendo a Amanda pela consideração. **Rafael Farias** iniciou a discussão sobre o planejamento dos Editais 2025, mencionando que isso inclui o Funcultura, a PNAB, prêmios e outras contribuições, todos sendo parte de uma ampla discussão. Ele pediu contribuições sobre a melhor data para tratar desses editais, destacando a importância de ter uma pauta única e sugerindo que as representantes da Fundarpe e da Secult estivessem presentes para falar sobre o Funcultura e a PNAB, respectivamente. Rafael sugeriu que uma reunião extraordinária fosse agendada, se possível, já na próxima semana, devido ao interesse de lançar a PNAB ainda no primeiro semestre. Ele ressaltou que seria importante evitar problemas como os que ocorreram com o evento "Pernambuco Meu País" e a coincidência de eventos que causaram dificuldades neste ano. Ele também abordou a questão dos suplentes, explicando que o termo se refere a pessoas que não foram contempladas automaticamente e devem ser chamadas caso haja necessidade, como em casos de problemas com documentos ou contas bancárias. Por fim, Rafael questionou os membros do Conselho sobre a melhor data para a reunião extraordinária e se alguém queria debater mais sobre o ponto antes de tomar decisões. **Wagner Egito** sugeriu que a pauta dos editais fosse mais detalhada, destacando pontos importantes como o FIG, a posição do Estado sobre a realização do evento, e o "Pernambuco Meu País", que já se expandiu para o carnaval. Ele afirmou que o Conselho precisa discutir a proposta dessa marca e os detalhes do evento. Também mencionou a necessidade de uma avaliação do PNAB antes do seu lançamento e a definição de uma nova PNAB. Wagner sugeriu que fossem feitas reuniões extraordinárias específicas, pelo menos três, para discutir o FIG, o "Pernambuco Meu País" e o calendário de eventos do Estado, destacando a importância de se evitar surpresas e analisar a programação de carnaval da Fundarpe, que foi diferente neste ano. **Cleonice Maria** achou que mais de uma reunião extraordinária seria necessária, já que a reunião mensal não estava dando conta das demandas da cultura. Ela também concordou com a proposta de realizar uma reunião específica para discutir os editais, destacando que cada edital possui peculiaridades, como o do São João, que precisa ser discutido para garantir o cumprimento das cotas para a cultura popular. Em relação ao "Pernambuco Meu País", Cleonice expressou admiração pelo nome e pelo evento, mas

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

questionou sua realização no carnaval e quem é responsável por ele, pedindo mais clareza sobre o processo. Por fim, ela destacou a necessidade de mais discussões sobre a PNAB, mencionando que ainda não foi finalizado o pagamento do edital anterior e que é importante garantir que o próximo seja lançado no primeiro semestre, como planejado. Ela reforçou a necessidade de reuniões extraordinárias para focar nesses pontos importantes para a cultura pernambucana. **Rafael Farias** concordou com a necessidade de mais reuniões extraordinárias, mas expressou preocupação com o quórum, destacando que, nas reuniões ordinárias, ele frequentemente precisava pedir aos colegas para entrar na live para garantir a presença mínima. No entanto, ele se colocou à disposição para as reuniões. **Thaynna Leocádio** sugeriu datas para as reuniões extraordinárias, propondo três ou quatro encontros. Ela sugeriu uma reunião para discutir os pequenos editais, como o carnaval, o São João e o FIG; outra para tratar do Funcultura e do Pernambuco Meu País, ou separando Pernambuco Meu País e juntando com a PNAB. Ela sugeriu que as reuniões fossem realizadas na próxima sexta-feira, dia 21, e na quarta e sexta da semana seguinte, com a presença de representantes da Fundarpe, Secult e, possivelmente, do Mapa Cultural. Thaynna sugeriu que essas datas fossem verificadas com os representantes antes de definir a votação no grupo. **Marcelo de Ogum** concordou com as falas de Wagner, Cleonice e Thaynna, mas alertou que o grupo estava focado apenas nos editais, esquecendo-se do regimento interno. Ele destacou que o governo culpou o Conselho por algo que não era sua responsabilidade e que, sem revisar o regimento, o governo poderia interpretar a situação de outra forma. Marcelo enfatizou a necessidade de revisar e debater o regimento interno, ressaltando que, com a proximidade das eleições para novos conselheiros em outubro, essa discussão já deveria estar em andamento. **Thaynna Leocádio** concordou que o regimento era uma prioridade, mas destacou que sua revisão dependia, primeiro, da alteração da lei do Conselho. Ela ressaltou a dificuldade em alcançar quórum e formar um grupo de trabalho para o regimento. Como solução, sugeriu finalizar as discussões sobre os editais e iniciar a revisão da lei e do regimento em abril, possivelmente em uma reunião dupla. Thaynna também se colocou à disposição para participar do grupo de trabalho. **Nivaldo Jorge** destacou a importância de revisar a lei antes do regimento, pois questões como o jeton e a limitação de mandatos são definidas por ela. Ressaltou a necessidade de cumprir e ajustar a legislação para fortalecer o Conselho. Ele criticou a falta de mobilização da sociedade civil em momentos decisivos e apontou a inatividade das comissões como um problema que impacta a participação dos conselheiros. Sugeriu que um legado do Conselho seria propor uma emenda à lei para garantir o jeton, permitindo maior participação. Também defendeu a reativação das comissões setoriais para fortalecer a representação cultural e propôs a realização de eleições para essas comissões ainda no atual mandato. **Rafael Farias** mencionou que as eleições setoriais estavam nos informes, mas como Bárbara não estava presente, solicitou que ela elaborasse um documento por escrito para ser compartilhado no grupo. Sobre os editais, destacou a falta de quórum e informou que utilizaria o grupo para discutir o assunto. Ele pediu o apoio de Amanda

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

para verificar com o governo e a Secult quais seriam as datas disponíveis para reuniões extraordinárias. Ressaltou que não faria sentido agendar reuniões sobre a PNAB ou os editais futuros sem a presença do governo e da Fundarpe, enfatizando a necessidade de alinhar a agenda antes de pautar as discussões. **Amanda Carneiro** trouxe informações importantes sobre as atualizações da reunião em andamento, a pedido de Yasmim. Ela informou que todos os prêmios e bolsas foram pagos. No caso das TECs, das 854 aptas para pagamento, 720 já foram liquidadas, enquanto 134 ainda estavam pendentes. Dentre essas, 17 foram enviadas para lote de pagamento e aguardavam retorno do banco em até 48 horas. Outras 37 estavam em diligência e sendo analisadas individualmente, enquanto 16 processos suspensos por heteroidentificação estavam sob avaliação da comissão. Ela também destacou que dois processos apresentavam problemas cadastrais e estavam em trâmite para resolução. Além disso, quatro novos lotes seriam enviados para pagamento no mesmo dia. Havia ainda 58 beneficiários enfrentando problemas com contas digitais, incluindo contas do Banco do Brasil. O financeiro entraria em contato com essas pessoas para solicitar uma nova conta, estabelecendo um prazo para resolução do problema antes de adotar novas medidas. Por fim, Amanda comunicou um recado do segmento de literatura. Informou que, na quarta e quinta-feira, aconteceria um evento da CNIC em parceria com o MINC, na Ilha do Retiro, mas a adesão do segmento de literatura foi baixa, com apenas 28 inscritos. A Secretaria de Cultura solicitou que qualquer interessado entrasse em contato com a equipe para garantir sua participação. **Edvaldo Júnior** informou que a estimativa para a finalização do edital e a conclusão dos pagamentos estava prevista para a primeira quinzena de abril. Explicou que, naquele momento, o processo de diligências estava sendo finalizado. Após essa etapa, seria publicado o resultado preliminar da análise de habilitação, seguido do prazo para recursos, conforme previsto no edital. Na sequência, ocorreria a assinatura do termo de compromisso cultural e, posteriormente, o pagamento. Ele destacou que a expectativa era de que tudo estivesse resolvido até a primeira quinzena de abril. **Cleonice Maria** lamentou a previsão de pagamento para abril, considerando o prazo longo e a incerteza sobre a aprovação dos projetos. Criticou a baixa participação nas reuniões e a falta de representação do Estado, apontando que isso desmotivava os conselheiros. Destacou que o Conselho buscava dialogar e contribuir, mas poucas sugestões eram implementadas. Comparou a situação com o Conselho de Patrimônio, onde sempre havia um representante oficial, e defendeu uma cobrança mais firme para evitar a desvalorização do Conselho. **Amanda Carneiro** informou que o evento Cena Nordeste aconteceria em Petrolina no mês de maio. Diante disso, foi proposta a antecipação da reunião descentralizada de maio, que inicialmente ocorreria no dia 14, para o dia 2 de maio, uma sexta-feira. Explicou que a reunião seria realizada pela manhã e, à tarde, os conselheiros poderiam participar do evento, que seguiria durante o sábado e o domingo. Como nem todos os membros estavam presentes, ressaltou que a decisão seria formalizada em ata e compartilhada no grupo de WhatsApp para garantir o acesso à informação. **Wagner Egito** alertou sobre a necessidade

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025

de iniciar o processo eleitoral do Conselho e das setoriais, destacando que as eleições deveriam começar em julho para garantir a posse em outubro. Ressaltou que a eleição do Conselho precisava ocorrer antes das setoriais, pois candidatos não eleitos ainda poderiam se inscrever para as setoriais. Sugeriu a criação de uma única comissão eleitoral para ambos os processos e reforçou a importância de iniciar os preparativos em maio para evitar atrasos. **Rafael Farias** informou que pautaria as eleições do CEPC na próxima reunião ordinária, destacando que as eleições setoriais do atual mandato não funcionaram. Ressaltou que, embora não houvesse votação naquele momento, era essencial reconhecer que o Regimento estava sendo descumprido. Comprometeu-se a abordar o tema na próxima reunião para garantir que as regras fossem seguidas. **Amanda Carneiro** respondeu ao pedido de Nivaldo sobre o adiamento de datas, informando que a Secult aprovou a solicitação. Disse que, no dia seguinte, enviaria a resposta oficial e compartilharia no grupo do CEPC todas as datas das escutas já realizadas e as próximas programadas. Comunicou que a escuta do Prêmio de Artesanato foi adiada para o dia 17/03 e detalhou a agenda da semana seguinte, incluindo eventos relacionados ao Prêmio Euclides de Teatro e Ópera, além de outras escutas temáticas. **Nivaldo Jorge** agradeceu o retorno e destacou a importância do Censo Cultural para a formulação de políticas públicas, alertando para a baixa adesão, especialmente no artesanato. Informou que ele e a comissão setorial estavam iniciando uma campanha para incentivar inscrições, contando com o apoio da Secult e do Conselho. Sobre as eleições, criticou a ideia de que conselheiros deveriam esperar o fim do mandato para concorrer às setoriais, defendendo que bastaria renunciar ao cargo para se candidatar. Reforçou que a eleição das comissões setoriais era uma reivindicação desde 2016, após sua extinção pela Fundarpe e Secult. Por fim, relatou dificuldades na inscrição para os seminários, já que o artesanato não possuía uma categoria específica, forçando-o a se registrar em artes visuais. Lamentou essa falta de reconhecimento e a impossibilidade de participar da escuta do prêmio do Artesanato Pernambucano. **Marcelo de Ogum** afirmou que o regimento deve ser cumprido e questionou se a comissão setorial conseguiria acompanhar os trabalhos à distância. Ele criticou a falta de participação de alguns conselheiros, mencionando que alguns já acumularam mais de dez faltas. Também levantou dúvidas sobre a realização de eleições neste momento, sugerindo que, caso sejam necessárias, sejam temporárias ou decididas pelas bases. Para ele, a realização do pleito agora traria prejuízos, pois novos membros assumiriam sem conhecimento do Conselho. Concluiu que sua companheira Cleonice compartilhava da mesma opinião e reforçou que as eleições não deveriam ocorrer neste momento. **Rafael Farias** informou que, no dia seguinte, representaria o Conselho de Política Cultural no Fórum de Incentivo à Cultura, no Recife, sobre a Lei Rouanet no Sebrae. Esclareceu que não permaneceria os três dias do evento devido a compromissos. Mencionou que compartilharia informações no grupo e aguardava devolutivas de Amanda para dar continuidade aos trabalhos, especialmente em relação aos editais, reforçando o compromisso com os fazedores de cultura. Agradeceu a presença de todos, incluindo a equipe

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025**

de Amanda e a Casa dos Conselhos, e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

Nivaldo Jorge da Silva

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 11/03/2025**

Roberto Gercino

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Eduarda Borba Lagioia Lippo

Rennan Mendes dos Santos

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida